

Patrimônio, Memória e Turismo: Evolução e Entrelaçamento de Políticas Públicas no Pátio de São Pedro (Recife, PE).

André Fontan Köhler¹

Resumo

O trabalho tem como objeto de estudo o Pátio de São Pedro, localizado no núcleo antigo do Recife, e analisa e avalia a evolução e entrelaçamento do patrimônio, memória e turismo nas políticas públicas nesse espaço urbano. Para isso, centra-se em dois momentos marcantes das políticas públicas de patrimônio, cultura e turismo no Brasil: o tombamento da Igreja de São Pedro dos Clérigos durante o Estado Novo (1934-1945) e a criação do Centro Permanente de Turismo do Recife durante o regime militar (1964-1985). Percebe-se que o valor dado ao patrimônio é muito diferente entre as duas intervenções; enquanto no primeiro caso a proteção ao acervo tombado era justificada por princípios propriamente culturais, o Centro Permanente de Turismo instrumentaliza o patrimônio como atração turística e suporte de atividades varejistas e de serviços. Entretanto, em ambos os casos as intervenções excluíram a população local do seu próprio patrimônio, mesmo que de maneiras diferentes, e ainda hoje influenciam a gestão pública da Prefeitura da Cidade do Recife para a área, mesmo passadas mais de quatro décadas da criação do Centro Permanente de Turismo do Recife.

Palavras-chave: Patrimônio. Turismo. Memória. Gestão pública de cultura e turismo.

Introdução

Esse trabalho tem como objeto de estudo o Pátio de São Pedro, localizado no Bairro de São José, núcleo antigo da Cidade do Recife, e se propõe a analisar e avaliar duas políticas públicas contrastantes, realizadas ali na distância temporal de três décadas: o tombamento da Igreja de São Pedro dos Clérigos em 1938 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a transformação do Pátio de São Pedro em Centro Permanente de Turismo do Recife em 1969/70 pela Prefeitura da Cidade do Recife (PCR).

¹ Doutorando em Arquitetura e Urbanismo no Curso de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP). Professor Assistente Ref. MS-2 do Curso de Bacharelado em Lazer e Turismo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP). E-mail: afontan@usp.br.

Apesar de ambas as políticas públicas terem ocorrido durante regimes políticos autoritários, nos quais a cultura assumiu *status* de assunto de segurança nacional, elas apresentaram lógicas, objetivos e resultados muito distintos entre si.

Enquanto o tombamento da Igreja de São Pedro dos Clérigos refletiu a orientação inicial do IPHAN, inclusive sua ênfase nos grandes monumentos de pedra e cal tomados isoladamente, justificando-se através de princípios propriamente culturais, a criação do Centro Permanente de Turismo do Recife renunciou a instrumentalização do patrimônio histórico e artístico para fins econômicos, dentro da qual o turismo ocupa sempre lugar de destaque; essa instrumentalização atinge escala nacional através do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua utilização para fins turísticos (PCH), e tem sua consolidação com o Programa MONUMENTA nos anos 1990 e 2000. Entretanto, em ambos os casos encontra-se uma característica comum: a exclusão, mesmo que feita de formas diferentes, da população local do seu próprio patrimônio.

Estas duas intervenções públicas, entre outras formuladas e/ou implantadas nesse espaço urbano, foram escolhidas como as mais relevantes para a compreensão do Pátio de São Pedro, porque transformaram sua função urbana, além de terem alterado seus valores e significados culturais e patrimoniais. Elas também influenciaram os sucessivos projetos de revitalização e recuperação formulados e eventualmente implantados pela PCR nos anos 1980, 1990 e 2000, respondendo ainda hoje por muito de o que o pátio representa para a cidade.

1. Pátio de São Pedro e Igreja de São Pedro dos Clérigos: descrição e caracterização.

A Igreja de São Pedro dos Clérigos foi tombada pelo IPHAN em 1938 (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1994). A igreja foi projetada no início do século XVIII – sua construção estendeu-se de 1728 a 1782 –, tendo sofrido algumas reformas ao longo do século XIX, com a manutenção do estilo barroco. Trata-se da única igreja de partido poligonal da Região Nordeste, apresentando uma portada de excepcional beleza (TIRAPELI, 1999).

O casario histórico do Pátio de São Pedro foi tombado pelo IPHAN apenas em 1968; o conjunto arquitetônico e paisagístico foi o primeiro a ser tombado no Estado de Pernambuco (ROCHA, 2004). O polígono de tombamento federal engloba a Igreja de São Pedro dos

Clérigos, trinta e um imóveis no pátio, dos quais vinte e um pertencem à PCR e IPHAN, e outros imóveis localizados fora do pátio, mas dentro de seu perímetro de influência – Rua das Águas Verdes, Rua Tobias Barreto, Rua Felipe Camarão e Travessa de São Pedro.

O Pátio de São Pedro é considerado um conjunto urbano notável, por permitir a fruição da Igreja de São Pedro dos Clérigos, uma das mais expressivas estruturas arquitetônicas do Brasil, em uma escala que a aproxima daquela presente nas igrejas medievais (ROCHA, 2004).

Atualmente, o casario histórico do Pátio de São Pedro apresenta-se em bom estado de conservação, com baixo grau de descaracterização. Funcionam no local alguns bares e restaurantes populares, e a PCR mantém aproximadamente uma dezena de espaços e equipamentos culturais, dentro da proposta, aceita pelo governo João Paulo (2001-2008), de ali concentrar museus, memoriais e centros de arte e artesanato. A Igreja de São Pedro dos Clérigos enfrenta sérios problemas de conservação, tanto na sua estrutura quanto em diversos elementos artísticos. A parte mais bem conservada é seu frontispício, que dá para o referido pátio.

O casario tombado localizado nos arredores do pátio – Rua das Águas Verdes, Rua Tobias Barreto, Rua Felipe Camarão e Travessa de São Pedro – encontra-se em péssimo estado, enfrentando toda sorte de descaracterizações e mutilações: abertura de portas largas, colocação de toldos e placas comerciais, aumento da altura das edificações, presença de portas e janelas entaipadas, etc. Muitas casas sediam ferros-velhos e oficinas de reciclagem de alumínio e outros metais, além de amoladores de facas, tesouras e alicates, depósitos, representações comerciais, etc.

Os pátios de igreja, espécie de largo fronteiro, cercados de casas muitas vezes de propriedade de ordens religiosas e irmandades, eram comuns na Cidade do Recife, tendo função religiosa marcante. Deles saíam as procissões, e neles ocorriam as festas em homenagem ao santo padroeiro do templo. O Pátio de São Pedro, junto com a Igreja de São Pedro dos Clérigos, sempre foi citado como uma das atrações mais importantes do Recife por textos preocupados em descrever para o residente ou visitante os lugares, objetos, pessoas e construções mais interessantes da cidade. Freyre (1968, p. 27) guia o visitante interessado nos monumentos históricos da cidade:

O turista saia da Praça da Independência e tome a Rua Larga do Rosário, ao lado da Igreja do Rosário, largue-se pela Rua do Fogo adentro, até o pátio de São Pedro; aí o

espera uma das igrejas mais românticas do Brasil; a de São Pedro dos Clérigos. [...] Logo a porta de São Pedro, de motivo barroco, é uma delícia. Suas torres, das mais bonitas que tem a cidade. Cada uma, com quatro tochas. De cada lado da igreja, um desses lampiões bem recifenses, pegados à parede. No interior, altares entalhados, retábulos de talha dourada, jacarandás pretos, púlpitos bem trabalhados; uma pia de pedra portuguesa. Merece bem uma demorada visita a Igreja de São Pedro.

2. Igreja de São Pedro dos Clérigos: tombamento, pedra e cal e memória nacional.

O tombamento da Igreja de São Pedro dos Clérigos não foi um ato isolado ou exceção; ele inscreveu-se dentro da formação do conceito de patrimônio histórico e artístico nacional durante o primeiro período Vargas (1930-1945), a partir do acervo de construções de pedra e cal remanescentes do Brasil Colônia (1500-1822), e das origens da atuação da vertente patrimonial no governo federal, possível através da criação do IPHAN.

Ao assumir o Ministério da Educação e Saúde Pública (MES) em 26/07/1934, Gustavo Capanema promoveu uma verdadeira revolução nos conceitos vigentes nas áreas de educação e cultura. Vinculando educação à segurança nacional – com a conseqüente nacionalização do ensino –, e estabelecendo a cultura como campo de “construção da alma nacional,” o MES passou a ter entre os seus objetivos a produção dos símbolos do Estado Novo, em substituição à iconografia da República Velha e do próprio Império do Brasil, e a valorização das letras, artes e patrimônio nacional (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000).

O mecenato cultural por parte do Estado, a recuperação e preservação dos monumentos do passado e a glorificação da memória nacional, com sua ênfase na mitificação dos grandes vultos históricos, foram a tônica da atuação do MES durante a gestão Capanema (1934-1945). Dentro da política de Capanema à frente do MES, a criação do IPHAN inseriu-se dentro da tentativa de restaurar, conservar e proteger o patrimônio histórico e artístico nacional, representado principalmente na forma de monumentos de pedra e cal do Brasil Colônia. Baseada no movimento modernista – esse movimento era amplo e ambíguo o suficiente para comportar um grande número de correntes –, a orientação inicial do IPHAN definiu o que era patrimônio histórico e artístico nacional, bem como quais seriam as formas de atuação válidas sobre ele (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000).

Cabe destacar três pontos interessantes dessa formulação do conceito de patrimônio histórico e artístico nacional, consolidada na direção do IPHAN por Rodrigo Mello Franco de Andrade por trinta anos ininterruptos (1937-1967) e na escolha, por parte deste, do seu sucessor à frente do órgão federal, Renato Soeiro (1967-1979).

O primeiro ponto é que, ao rotular a arquitetura colonial como histórica e inscrita no passado nacional, criou-se uma forte justificativa para sua recuperação e preservação. No caso específico do IPHAN, o patrimônio a ser recuperado e preservado pelo órgão consistia nos bens móveis e imóveis impregnados de valor histórico ou de grande valor arquitetônico e/ou escultórico, os chamados monumentos de pedra e cal do Brasil Colônia (MAGALHÃES, 1997).

O segundo ponto é que a justificativa para a recuperação e conservação de monumentos históricos relacionou as técnicas construtivas presentes no Brasil Colônia à arquitetura moderna de influência corbusiana (LONDRES, 2001). Não por acaso, a incorporação do modernismo internacionalista na área de arquitetura foi feita pelo mesmo grupo preocupado em resguardar os bens culturais representativos do Brasil Colônia, fato raro na história mundial (DURAND, 1989).

O terceiro ponto é que o conceito de patrimônio histórico e artístico nacional, consolidado ainda no Estado Novo (1937-1945), não conseguiu incorporar a diversidade cultural do Brasil, pois utilizou critérios de seleção restritivos e uma noção limitada a respeito da formação histórica brasileira e da história da arquitetura nacional (LONDRES, 2001). Com isso, foram focalizados apenas os monumentos de pedra e cal representativos da etnia branca e de sua elite militar, eclesiástica e civil (FALCÃO, 1997), com a marginalização das manifestações populares, do legado das etnias negra e indígena e de estilos arquitetônicos incluídos no ecletismo e classicismo imperial.

Como colocado anteriormente, o tombamento da Igreja de São Pedro dos Clérigos pelo IPHAN em 1938 não foi um ato isolado ou exceção; os primeiros processos de tombamento do órgão federal em Pernambuco, em 1938, referem-se predominantemente a edificações religiosas – principalmente igrejas e conventos – de pedra e cal dos séculos XVI, XVII e XVIII, que apresentam estilo barroco, quase todas localizadas em apenas três cidades: Recife, Olinda e Goiana. Ou seja, verifica-se em Pernambuco o retrato em pedra e cal do Brasil Colônia representativo das elites eclesiástica, militar e civil, classificado como patrimônio histórico e artístico nacional pelo órgão federal de preservação.

Entretanto, a Igreja de São Pedro dos Clérigos apresentava uma peculiaridade em relação a outros bens tombados em 1938, como, por exemplo, a Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo e Capela Dourada. Ao contrário de o que ocorreu com outros logradouros públicos e monumentos do núcleo antigo do Recife, tanto o Pátio de São Pedro quanto a

Igreja de São Pedro dos Clérigos não foram retratados em livros, fotografias, litografias e cartões postais até os anos 1930, salvo raras exceções. Ou seja, tratava-se de espaço urbano e monumento pouco valorizados no Recife, sendo este último alçado à condição de patrimônio histórico e artístico nacional. Ambos eram pouco freqüentados pela população local, quer pelo fato de o templo ser mantido e administrado por uma irmandade de clérigos, quer por ele ter passado parte do século XIX em mal estado de conservação.

A maior parte das edificações do Pátio de São Pedro é formada por casas térreas; o casario foi modificado no século XIX pela proibição das biqueiras e colocação de platibandas nas fachadas. Ele contrasta, por exemplo, com o casario do Pátio do Livramento, localizado a menos de cinquenta metros dali, no qual todas as edificações são sobrados, muitos com três ou quatro pisos. Reis Filho (2006) aponta que a casa térrea, com piso de “chão batido,” era a versão mais modesta da casa colonial; habitá-la era sinal de pobreza.

No final dos anos 1930, o Pátio de São Pedro e arredores sediavam diversas fábricas e fabriquetas – moagem de café, trituradoras de milho e adubos, funilarias, padarias, etc. – além de depósitos e armazéns. O próprio pátio era usado para depósito de lenha, carvão e outras mercadorias para as padarias que funcionavam no Bairro de São José, além de ser ponto de diversos amoladores de facas, tesouras e alicates. A fumaça gerada por esses negócios, principalmente a moagem de café localizada ao lado da igreja, gerou danos irreversíveis ao douramento das talhas do monumento.

O tombamento da Igreja de São Pedro dos Clérigos não incluiu o casario histórico do pátio, nem o valorizou; a leitura de ofícios, cartas e comunicações internas arquivadas na 5. Superintendência Regional – Pernambuco do IPHAN mostra que o casario do pátio e logradouros vizinhos era considerado mero entorno da igreja durante os anos 1940, 1950 e parte dos anos 1960; a única preocupação do órgão federal de preservação era a manutenção da volumetria e gabarito das construções, a fim de não se prejudicar a leitura do monumento tombado. Projetos urbanos da PCR previram o arrasamento de quadras do Pátio de São Pedro, inclusive para realçar a Igreja de São Pedro dos Clérigos, e sua substituição por arquitetura contemporânea, respeitados o gabarito e volumetria.

Apenas no final dos anos 1950, o conjunto arquitetônico do Pátio de São Pedro passou a ser avaliado como algo de valor arquitetônico e paisagístico por si só, tendo sido aberto seu processo de tombamento. Entretanto, este foi concluído apenas em 1968.

No final dos anos 1960, o Pátio de São Pedro continuava a ser um espaço urbano pouco valorizado dentro do núcleo antigo do Recife. O pátio ainda sediava uma fabriqueta – a Funilaria Bandeira –, sendo o restante das casas ocupado principalmente por depósitos e armazéns. Notícias de jornais da época – Diário de Pernambuco, Jornal do Comércio e Diário da Noite – retratam problemas como a formação de uma feira livre no pátio, sujeira e falta de controle urbano. O casario encontrava-se bastante deteriorado, e o pátio era ocupado por ambulantes, sucateiros e amoladores de facas, tesouras e alicates.

O *status* de conjunto arquitetônico tombado pelo IPHAN, com seu reconhecimento formal como patrimônio histórico e artístico nacional, parece não ter sido suficiente para valorizar o pátio, nem impedir a deterioração do seu conjunto arquitetônico motivada, entre outras coisas, pelos usos incompatíveis com a preservação do patrimônio arquitetônico.

Os anos 1930 e 1940 assistiram à afirmação e consolidação do Estado Nacional Brasileiro. O Estado brasileiro racionalizou-se, tornando-se mais “impessoal,” e passando também a prover políticas públicas nacionais, das quais a nacionalização do ensino foi a mais importante do MES no primeiro período Vargas. Ranços passados continuaram a existir – muitos dos quais até hoje –, mas isso não impediu que transformações fundamentais fossem verificadas no Estado e sociedade brasileiros.

Dentro dessa afirmação e consolidação do Estado Nacional Brasileiro, as questões relativas à cultura, identidade e patrimônio não podiam ser deixadas ao acaso; esta afirmação e consolidação precisavam de uma Cultura, Identidade e Patrimônio nacionais, contrastantes com seus congêneres estrangeiros, e que marcassem o Brasil como nação independente e original, ocupada por um povo e não meramente uma população.

Através de um ministério – o MES – e de um grupo de intelectuais reunido no IPHAN, o Estado criou conceitos, práticas, valores, legislação e conteúdos didáticos para selecionar, adaptar e alterar parte da cultura, identidade e patrimônio brasileiros, institucionalizando-a como Cultura, Identidade e Patrimônio nacionais, passíveis de reconhecimento, valorização, preservação, rememoração e difusão por parte do Estado Nacional Brasileiro.

Neste sentido, o tombamento da Igreja de São Pedro dos Clérigos é reflexo dessa afirmação e consolidação do Estado Nacional (Moderno) no Brasil, que foram muito mais amplas do que a formação do conceito de patrimônio histórico e artístico nacional.

Entretanto, não se conseguiu romper com tradições, comportamentos e estruturas arcaicas, nem incluir o conjunto da população no processo de modernização. Isso esteve

presente também na questão cultural. Produziu-se uma Cultura, Identidade e Patrimônio nacionais, porém se deixando de fora elementos importantes da cultura popular e de grupos sociais inteiros (por exemplo, os imigrantes).

Além disso, não se proveu meios para que a maior parte da população brasileira decifrasse, se identificasse e desfrutasse da Cultura, Identidade e Patrimônio nacionais, visível na falta de políticas públicas de educação patrimonial por parte do MES ou do IPHAN. Não foi por acaso que, com o fim do Estado Novo e a volta de um regime democrático em 1945, muitos desses conceitos não conseguiram se sustentar dentro do próprio Estado, e o IPHAN tenha assistido ao seu esvaziamento funcional e incapacidade de diálogo com outras áreas do governo e esferas subnacionais ainda nos anos 1950 e 1960.

3. Pátio de São Pedro: Centro (não tão) Permanente de Turismo do Recife.

A idéia de se transformar o Pátio de São Pedro em um centro de turismo não surgiu na gestão Geraldo Magalhães (1969-1971); o aproveitamento desse espaço urbano para o turismo já vinha sendo discutido na municipalidade, mesmo que de forma difusa e intermitente, pelo menos desde os anos 1950. A pesquisa documental recolheu uma notícia publicada no Diário de Pernambuco de 20/12/1956 intitulada “Restauração do Pátio: desapropriação dos imóveis e entendimentos com proprietários,” que tratava de um suposto projeto da PCR para transformar o Pátio de São Pedro em centro de atração turística. Há uma grande coincidência entre as propostas da PCR para o pátio em 1956 e a intervenção pública efetivada na gestão Geraldo Magalhães (1969-1971), apesar de não haver indícios de que os responsáveis pela criação do Centro Permanente de Turismo do Recife tivessem qualquer noção a respeito dessa primeira proposta.

O Pátio de São Pedro foi o primeiro espaço urbano do Recife a ser objeto de uma intervenção pública para a criação de um espaço destinado especificamente ao consumo turístico. Para a criação do Centro Permanente de Turismo do Recife, a PCR desapropriou dezoito das trinta e uma casas do pátio, desalojando os negócios tradicionais que operavam no local: amoladores de facas, tesouras e alicates, depósitos de batata e cebola, bares e restaurantes populares e uma funilaria, a última fabriqueta ali instalada. Ou seja, o projeto alterou as atividades econômicas do pátio em curto espaço de tempo.

A PCR licitou permissões de uso para empreendimentos turísticos nas casas desapropriadas, atraindo bares, restaurantes, lojas de artesanato e galerias, além de uma livraria, um ponto de venda de produtos típicos, uma loja de produtos fotográficos e um antiquário, e instalou a sede da então recém criada Empresa Metropolitana de Turismo (EMETUR), junto com um teatro com capacidade para cem lugares. A PCR também começou a prover uma programação cultural nesse espaço urbano, com a apresentação das principais manifestações culturais pernambucanas, da qual a Semana do Folclore de 1970 foi pioneira. Além da EMETUR também funcionar como uma espécie de administradora do Pátio de São Pedro, a prefeitura municipal criou uma comissão encarregada única e exclusivamente de regular o funcionamento do pátio – concessão de licenças de funcionamento, padronização de placas comerciais e decoração interna, pauta de eventos, etc.

As notícias de jornal publicadas em 1970, 1971 e 1972 não convergem em relação à descrição do funcionamento do Centro Permanente de Turismo do Recife, nem ao seu sucesso. Enquanto algumas reportagens falam que o projeto fracassou, outras apontam que ele consolidou-se como o principal ponto de visitação turística da cidade.

Nessa segunda linha, Franca (1972) coloca: “Quem, da avenida Dantas Barreto, deseja ir ao pátio que é o mais famoso e popular centro turístico da capital, entra na rua São Pedro e vê, logo à esquerda, o sobradão-residência, bastante sujo, aliás, onde funciona, no térreo, o Bar do Bandeira.” Em descrição detalhada, o autor enumera as lojas de artesanato, galerias de arte, seções da EMETUR, agências de viagem e livrarias, além de outros estabelecimentos que funcionam no pátio e cercanias, em um quadro de efervescência cultural e de atração obrigatória para o turista que visita o Recife e também para o próprio residente local.

Apesar do sucesso inicial, apontado por algumas fontes, o Pátio de São Pedro não conseguiu manter-se como ponto de visita de turistas e residentes locais. Todas as matérias publicadas em jornais nos anos de 1974, 1976 e 1978 encontradas sobre esse espaço urbano apontam para a decadência do lugar, com o fechamento de lojas, sérios problemas de conservação urbana do logradouro e do entorno, falta de serviços públicos e baixa frequência de turistas e da própria população recifense. Mesmo assim, o pátio continuou a concentrar, pelo menos até o final dos anos 1970, muitos empreendimentos turísticos, com a predominância de lojas de artesanato e bares e restaurantes típicos.

Em meados dos anos 1980, os arredores do pátio não sediavam mais negócios turísticos, como, por exemplo, lojas de artesanato e bares e restaurantes típicos; o Pátio de São

Pedro tinha voltado a sediar bares e restaurantes populares, além de outros negócios não direcionados ao turismo. Muitas casas enfrentavam problemas de conservação e manutenção. É dentro desse quadro que a PCR formulou o Projeto de Recuperação do Pátio de São Pedro (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1986), com sua inclusão no catálogo de projetos prioritários elaborado pela Empresa de Urbanização do Recife (URB), sendo formalmente iniciado em abril de 1986 – a análise desse projeto não será tratada aqui.

A criação do Centro Permanente de Turismo do Recife, apesar do seu pioneirismo, não ocorreu em um vácuo, mas dentro do quadro sócio-econômico, político e cultural presente no país em fins dos anos 1960 e início dos anos 1970. A atuação do IPHAN, centrada em monumentos representativos da religião católica, da etnia branca e dos vencedores da história oficial, tornou a política do órgão altamente elitista, excluindo os artefatos produzidos pelas classes populares e as heranças das etnias africanas e nativas. O domínio da corporação de arquitetos na sistemática de tombamento e intervenção fez com que esses processos adquirissem diretrizes de caráter estritamente técnico (no sentido arquitetônico), ignorando aspectos sociais e econômicos (FALCÃO, 1984). Ou seja, o tombamento passou a ser, no Brasil, um processo cujos interessados mais diretos – proprietários e governos subnacionais, entre outros – nunca conseguiram participar de forma efetiva, no que Joaquim Arruda Falcão denominou “monólogo dos arquitetos.”

De acordo com essa visão, preservar um bem cultural edificado significa restaurá-lo arquitetonicamente, a partir de uma visão de viés museológico (FALCÃO, 1984). Isso ajudou a perpetuar séria indefinição quanto aos usos a se dar ao acervo de bens tombados, e a nutrir enorme distanciamento, dificuldade de contato e incapacidade de negociação entre os técnicos do órgão e os proprietários dos bens, fossem eles pessoas físicas, entidades de governo, membros do clero, etc.

Ortiz (2006) analisa e avalia a nova relação entre Estado e cultura no país durante o regime militar (1964-1985), através do processo de criação de novos conselhos e órgãos públicos de cultura, e a nova conformação das políticas públicas culturais, tanto no discurso quanto na prática.

O regime militar representa, além de uma nova estrutura política e administrativa para o país, a intensificação do processo de modernização e de internacionalização do capitalismo brasileiro, que atinge o *status* de capitalismo avançado. O acelerado crescimento econômico, a criação de um mercado consumidor doméstico, a concentração de renda, a urbanização, com a

concentração da população em grandes centros urbanos nacionais e regionais, e a racionalização do Estado mudam radicalmente a relação entre Estado e cultura no país. Ao lado de um mercado de bens materiais, forma-se um mercado nacional de bens simbólicos, mesmo que concentrado nos grandes centros urbanos (ORTIZ, 2006).

A atuação de órgãos como o Instituto Nacional de Cinema (INC)/Embrafilme e a Funarte centra-se não na preservação patrimonial, mas na produção, distribuição e consumo de bens culturais – ou seja, na criação e fomento de um mercado de bens culturais. As novas políticas preocupam-se em levar o consumo de bens culturais para o mais amplo espectro da população brasileira, transformando o popular em comercial. Essas novas políticas apresentam algumas características comuns, e estão em contraste com a atuação anterior do Estado na área da cultura, principalmente quando comparadas à atuação do IPHAN, a saber:

- a) elas enfatizam a produção, consumo e distribuição de bens culturais dentro de uma perspectiva de mercado livre, a partir da qual a maior parte da população possa consumir bens culturais; o popular, dessa forma, transforma-se em comercial, mas, permitindo a livre escolha no mercado, o Estado apresenta-se como democrático, apesar de sua natureza autoritária;
- b) a área cultural precisa convencer outras áreas do governo de que o investimento em cultura “vale a pena” – isso ocorre através da possibilidade de obtenção de lucro no mercado de bens culturais; a área da cultura continua a ser subordinada a outras áreas durante o regime militar, e enfrenta problemas de financiamento mesmo durante o “milagre brasileiro”;
- c) além de democrático, o Estado apresenta-se como neutro em relação ao conteúdo cultural, pois deixa o mercado decidir o quê será produzido e consumido pela população; há dois movimentos na neutralidade do Estado e sua democracia cultural: existe a censura, que incide sobre obras específicas, mas se aumenta a produção de bens culturais como nunca no Brasil (ORTIZ, 2006).

Há uma clara “invasão” de domínios tradicionais da cultura, como, por exemplo, a área de preservação patrimonial, por outras áreas do governo, a partir de políticas públicas com novas lógicas de intervenção e justificação dos investimentos realizados. Criado em 1973, o PCH surgiu como uma iniciativa da Secretaria de Planejamento da Presidência da

República (Seplan/PR), graças ao apoio decisivo do então secretário João Paulo dos Reis Veloso. Além de contar com a participação do IPHAN em questões técnicas, faziam parte do PCH a própria Seplan/PR, o Ministério do Interior e o Ministério da Indústria e Comércio, através da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR).

Desvinculado da orientação museológica do IPHAN, o PCH tinha como principal objetivo gerar desenvolvimento sócio-econômico em localidades pobres da Região Nordeste, que, em geral, tinham grande parte do seu patrimônio arquitetônico preservado decorrente da estagnação econômica pela qual tinham passado. Ou seja, ao invés de recuperar bens levando-se em conta exclusivamente seu valor histórico e artístico, o programa considerava o potencial turístico de conjuntos arquitetônicos e monumentos, preocupando-se com seu uso como instrumento de geração de emprego e renda (MICELI, 1984).

É no início dos anos 1970 que também ocorrem o I e II Encontro de Governadores para preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do Brasil, marcos da tentativa de se envolver as esferas subnacionais de governo nas questões relativas ao patrimônio histórico e artístico nacional (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1973).

É dentro desse contexto mais amplo – formação de um mercado de bens culturais, invasão da lógica econômica no campo da cultura/patrimônio, com sua instrumentalização, início da participação efetiva das esferas sub-nacionais na questão patrimonial e entrada do turismo na agenda pública – que a PCR transformou o Pátio de São Pedro em Centro Permanente de Turismo do Recife em 1969/70.

4. Considerações finais.

As duas políticas públicas aqui estudadas ocorreram durante regimes políticos autoritários, nos quais a cultura assumiu *status* de assunto de segurança nacional; o tombamento da Igreja de São Pedro dos Clérigos ocorreu no início do Estado Novo (1937-1945), e a criação do Centro Permanente de Turismo do Recife deu-se em 1969-70, durante uma das fases de mais dura repressão do regime militar (1964-1985). Entretanto, as supracitadas intervenções públicas tiveram natureza diversa, e produziram resultados muito distintos entre si, apesar de contar com algumas características em comum.

Cabe fazer três considerações finais. Em primeiro lugar, o valor dado ao patrimônio arquitetônico é muito diferente entre os dois momentos. Em 1938, o tombamento reconheceu a Igreja de São Pedro dos Clérigos como patrimônio histórico e artístico nacional, dentro da tentativa de consolidar o Brasil como Estado Nacional (Moderno) por um governo que tinha um projeto nacional. Ou seja, a atuação do IPHAN sobre o acervo de bens tombados era justificada por princípios propriamente culturais; tratava-se de preservar a herança e memória nacional, representada prioritariamente pelos monumentos de pedra e cal do Brasil Colônia.

Na criação do Centro Permanente de Turismo do Recife, a intervenção pública não é mais justificada por princípios propriamente culturais – o conjunto arquitetônico do Pátio de São Pedro transformou-se em instrumento para outros fins. O principal objetivo dessa intervenção não foi mais o resguardo e valorização do patrimônio e memória nacionais, mas a utilização dos bens tombados como atração turística e suporte de atividades varejistas e de serviços. Tem-se no Recife um exemplo pioneiro da instrumentalização do patrimônio para fins econômicos, nos quais o turismo ocupa quase sempre lugar de destaque, que foi logo depois acompanhado pelo PCH, e nos anos 1990 tem o Programa MONUMENTA como novo modelo de políticas públicas patrimoniais.

Em segundo lugar, ambos os projetos excluíram a população local do seu próprio patrimônio, mesmo que de maneiras diferentes. No caso do tombamento, isso foi feito através da exigüidade de ações de educação patrimonial por qualquer uma das três esferas de governo, inclusive por parte do próprio órgão federal de preservação. Somada à orientação tradicional do IPHAN, já abordada nesse capítulo, essa ausência de educação patrimonial não permite o acesso, conhecimento e apreciação dos bens culturais tombados fora dos círculos mais cultivados da população. O Pátio de São Pedro e Igreja de São Pedro dos Clérigos, após mais de sete décadas do tombamento do templo religioso, permanecem indecifráveis para a maior parte da população recifense, isso quando são sequer conhecidos.

No caso da criação do Centro Permanente de Turismo do Recife, a transformação do Pátio de São Pedro em centro turístico marcou a retirada da população que trabalhava e freqüentava há décadas esse espaço urbano, transferindo-a para seu entorno, como ainda hoje pode ser percebido. Não se conseguiu conjugar o turismo com os residentes, empresários e trabalhadores locais; esse centro, tão preocupado em mostrar ao turista as principais manifestações culturais e produtos típicos recifenses e pernambucanos, começou por excluir e expulsar as pessoas e aspectos que eram típicos do Pátio de São Pedro.

Por fim, as duas intervenções influenciaram e ainda influenciam a gestão pública da PCR para a área, mesmo passadas mais de quatro décadas da criação do Centro Permanente de Turismo do Recife; a desapropriação de dezoito das trinta e uma casas do Pátio de São Pedro, seguida pela desapropriação de mais três casas em 1986, fez com que a prefeitura municipal “prendesse-se” a esse patrimônio quando da formulação de ações de recuperação ou revitalização urbana no núcleo antigo da cidade. A recuperação do patrimônio público da PCR sempre é uma justificativa dos projetos de regeneração. Além disso, é dessa época que se convencionou classificar o Pátio de São Pedro como espaço urbano propício ao turismo, pelo conjunto arquitetônico tombado e empreendimentos instalados.

REFERÊNCIAS

DURAND, José Carlos. **Arte, privilégio e distinção: artes plásticas, arquitetura e classe dirigente no Brasil, 1855/1985**. São Paulo: Editora Perspectiva; Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

FALCÃO, Joaquim Arruda. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. In: MICELI, Sérgio (Org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984. p. 21-39

FALCÃO, Joaquim. A política cultural de Aloísio Magalhães. In: MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997. p. 17-29.

FRANCA, Rubem. **Monumentos do Recife**. Recife: [], 1972.

FREYRE, Gilberto. **Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife**. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1968.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Anais do II Encontro de governadores para preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do Brasil**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1973.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Bens móveis e imóveis inscritos nos livros do tomo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. 4. ed. rev. e at. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.

LONDRES, Maria. A invenção do patrimônio e a memória nacional. In: BOMENY, Helena (Org.). **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. Cap. 4, p. 85-101.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.

MICELI, Sérgio. O processo de “construção institucional” na área cultural federal (anos 70). In: _____ (Org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984. p. 53-83.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5. Edição. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Projeto de recuperação do Pátio de São Pedro**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1986. Mimeo.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

ROCHA, Edileusa da (org.). **Guia do Recife: arquitetura e paisagismo**. Recife: Ed. dos Autores, 2004.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra; Fundação Getulio Vargas, 2000.

TIRAPELI, Percival. **As mais belas igrejas do Brasil**. São Paulo: Metalivros, 1999.